

## Luis Morais

---

**De:** Monica Verbeek <mverbeek@seas-at-risk.org>  
**Enviado:** 21 de setembro de 2022 13:16  
**Para:** Assuntos Parlamentares  
**Cc:** amatias@sciaena.org; Tiago Pires da Cruz  
**Assunto:** Seas at Risk Parecer| Projeto de Resolução n.º 125/XII – Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores  
**Anexos:** SAR comments BLOCO Esquerda initiative 125.VII Azores.pdf

A Seas at Risk agradece o pedido de contributo para o projeto de resolução que recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha e saúda a iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sobre a necessidade de implementar uma moratória à mineração no mar profundo dos Açores. A Seas At Risk tem acompanhado com crescente preocupação os desenvolvimentos sobre o tema em Portugal e trabalhado sobre o mesmo em colaboração com um dos seus membros portugueses, a Sciaena. É, por isso, com muito agrado que vemos este projeto ser colocado à discussão e adiantamos que somos favoráveis ao mesmo.

No documento em anexo, elencamos alguns pontos que poderão servir para melhor suportar esta resolução e o debate interno na Assembleia Legislativa da Região dos Açores.

É fundamental que os Açores enviem um sinal positivo ao continente e ao resto do mundo de que não estão dispostos a hipotecar o presente e, sobretudo, o futuro de gerações de açorianos por lucros inconsequentes e imediatos que pouca ou nenhuma riqueza trarão para a região.

Ficamos ao vosso dispor para prestar eventuais esclarecimentos.

Com os melhores cumprimentos,  
Monica Verbeek

*Monica Verbeek, PhD*  
*Executive Director*



Avenue des arts 7-9, 1210 Brussels  
Mail to: Mundo-madou, Rue de la Charité 22, 1210 Brussels  
Tel.: +32 2 3290 127 • Mobile: +351 96 5617 846  
Skype: monicaverbeek • Twitter: @VerbeekSAR  
[www.seas-at-risk.org](http://www.seas-at-risk.org) • Twitter: @SeasAtRisk

**Contributo para o projeto de resolução 125/XII do Bloco de Esquerda Açores  
"Recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória  
à mineração marinha"**

A [Seas At Risk](#) saúda a iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores sobre a necessidade de implementar uma moratória à mineração no mar profundo dos Açores e mostra-se favorável à mesma.

Elencamos alguns pontos que poderão servir para melhor suportar esta resolução e o debate interno na Assembleia Legislativa da Região dos Açores.

- Outras câmaras legislativas e governos regionais aprovaram já resoluções similares ou proibiram por completo a mineração marinha, como é o caso das resoluções dos parlamentos das [Ilhas Canárias](#), [Galiza](#), [Polinésia Francesa](#), [Califórnia](#), [Washington](#), [Califórnia](#) e o [Território do Norte](#) (na Austrália). Adicionalmente, foram também aprovadas resoluções no [Parlamento Europeu](#) e [IUCN](#) onde foi pedida uma moratória internacional. O ICNF, o membro português presente no congresso da IUCN e representante do Governo, [votou](#) inclusivamente a favor desta moratória em setembro passado.
- Estamos [a pouco mais de metade do prazo de dois anos](#), previsto pela Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar, depois de esta regra ter sido desencadeada no âmbito da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês) por um dos estados membros. Esta provisão da lei permite que, a partir de junho de 2023, sejam emitidas licenças provisórias de exploração na Área (águas internacionais), o que poderá abrir o precedente e incentivar investidores a procurar as águas portuguesas para iniciar também a atividade de exploração mineira.
- Sem que nada o fizesse antever, há uns dias, tornou-se do conhecimento público que [foi aprovado pela ISA](#) o primeiro teste de mineração na Clarion-Cliperton Zone no Pacífico desde os anos 70. Isto apenas aumenta as preocupações sobre a transparência da governança da ISA e sobre em que ponto estamos exatamente no que toca ao início desta atividade. A própria empresa que irá realizar estes testes já tinha feito saber que pretende começar a [minerar comercialmente em 2024](#).
- Países que dependem grandemente da economia do mar e da proteção do meio marinho lançaram, durante a Conferência do Oceano da ONU, uma [aliança contra a mineração em mar profundo](#), deixando assim claro que a mineração não poderá fazer parte de um futuro desenvolvimento sustentável, não só porque ameaça a biodiversidade e os ecossistemas locais, como também coloca em risco a economia e a sustentabilidade das comunidades costeiras.
- O atual Ministro da Economia e do Mar [rejeitou em julho a possibilidade de mineração em Portugal nos próximos anos](#).
- Um grupo de investigadores da Universidade dos Açores publicou recentemente um [estudo](#) que demonstra que a exploração mineral do mar profundo vai produzir plumas de sedimentos que poderão cobrir uma área até 150 km quadrados e estender-se verticalmente até 1000 m na coluna de água.
- Similarmente, foi também publicado em julho um [estudo](#) na revista Science que conclui que o som resultante de uma única exploração mineira em mar pode viajar até 500 km em condições normais.

Para proceder à reavaliação da necessidade da moratória após o período proposto (1 de janeiro de 2090), enumeramos alguns pontos consensualizados pela comunidade internacional sobre o que deve verificar-se para se iniciar atividade mineira comercial:

- Os riscos ambientais, sociais e económicos serem totalmente compreendidos.
- Estar claramente demonstrado que a gestão assegura que não haja impactos ambientais significativos e perda de biodiversidade.
- Assegurar-se que as populações estão devidamente informadas e dão o seu consentimento à exploração.
- Estarem esgotadas totalmente as alternativas da economia circular.
- Haver governança equitativa, transparente e credível, reformando a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.
- Existirem mecanismos de consulta pública e que se garanta que os benefícios são para toda a Humanidade.

A região autónoma dos Açores é uma das regiões portuguesas com mais riqueza biológica e é também casa ou ponto de passagem de grandes migradores oceânicos. O reconhecimento dos Açores como um oásis para a vida marinha é absolutamente fundamental para a prosperidade da economia local e para todos os que dependem directa e indirectamente do bom estado ambiental das suas águas. Comparativamente ao continente e outros países europeus, a região tem sido visionária e progressista no que toca à conservação marinha, tendo já compreendido o valor intrínseco de manter os seus mares prístinos e protegidos de ameaças externas. A mineração em mar profundo não se coaduna com a imagem que a RA tem passado de guardião do oceano e irá inevitavelmente colocar uma mancha neste percurso tão positivo.

Muito pode ser feito na arena internacional para que esta atividade seja adiada para o futuro - e Portugal deve defender a precaução e a moratória em todos estes fóruns -, mas há também muito para fazer a nível nacional e regional. Uma moratória regional assegura que dispomos de mais tempo para que mais estudos sejam levados a cabo e para percebermos com maior detalhe e certeza quais os impactos que advirão do início desta atividade que, depois de iniciada, dificilmente parará. É urgente que os Açores clarifiquem que não querem ultrapassar este ponto de não retorno, para assim permitir às gerações futuras a possibilidade de usufruir de mares saudáveis e livres de impactos tão perversos. A precipitação de todos os acontecimentos enumerados anteriormente não deixam margem para dúvida: temos que proteger os nossos mares agora e a moratória é um instrumento legal fundamental.

Não é necessário e não é desejável que se aguarde por uma decisão ao nível do governo da República para implementar uma moratória e assim proteger os mares dos Açores. Um pouco por todo o mundo, regiões e estados com diferentes níveis de autonomia têm-se posicionado cada vez mais do lado da precaução e da proteção do meio. É imprescindível que os Açores enviem um sinal positivo ao continente e ao resto do mundo de que não estão dispostos a hipotecar o presente e, sobretudo, o futuro de gerações de açorianos por lucros inconsequentes e imediatos que pouca ou nenhuma riqueza trarão para a região.